



DIÁRIO OFICIAL DO MUNICÍPIO DE CAÇAPAVA

Sumário

EDITAL DE AUTUAÇÃO	2
EDITAL DE NOTIFICAÇÃO - CERTIDÃO - PROCESSO Nº 289/2024	3
CONTRATO N. 108/2023	4
RESULTADO - ANÁLISE DE AMOSTRAS	5
ERRATA DE PUBLICAÇÃO - PROCESSO: 142/2024	7
LEI Nº 6132, DE 4 DE MARÇO DE 2024	8
LEI COMPLEMENTAR Nº 364, DE 4 DE MARÇO DE 2024	10
LEI COMPLEMENTAR Nº 365, DE 4 DE MARÇO DE 2024	16
LEI COMPLEMENTAR Nº 366, DE 4 DE MARÇO DE 2024	20
EDITAL DE CHAMAMENTO PÚBLICO Nº 005/SMS/2023 OBJETO: CONVOCAÇÃO PÚBLICA PARA CELEBRAÇÃO DE CONTRATO DE GESTÃO COM ORGANIZAÇÕES SOCIAIS ATRAVÉS DE SELEÇÃO DE PROPOSTAS DE PROJETOS DE TRABALHO	23

MARÇO DE 2024

Diário Oficial

Edição nº 265/2024

Expediente

O Diário Oficial de Caçapava é uma publicação sob a responsabilidade das entidades da Administração Direta e Indireta do Município de Caçapava, Conforme **Lei Municipal nº 5819**, de 22 de março de 2021.

Demais edições do Diário Oficial Eletrônico de Caçapava poderão ser consultadas por meio do endereço eletrônico:  
<https://cacapava.sp.gov.br/diario-oficial>.

As consultas são de acesso gratuito e não necessitam de qualquer realização de cadastro.

**Prefeitura Municipal de Caçapava**  
CNPJ: 45.189.305/0001-21  
Endereço: Rua Cap. Carlos de Moura, 243  
Telefone: (12) 3654-6600  
Site: <https://cacapava.sp.gov.br>

**Câmara Municipal de Caçapava**  
CNPJ: 48.408.496/0001-63  
Endereço: Praça da Bandeira, 151  
Telefone: (12) 3654-2000

**FUSAM (FUNDAÇÃO DE SAÚDE E ASSISTÊNCIA DO MUNICÍPIO DE CAÇAPAVA)**  
CNPJ: 50.453.703/0001-43  
Endereço: Av. Dr. Pereira de Mattos, 63 - Centro, Caçapava/SP - CEP: 12281-450  
Telefone: (12) 3654-8800  
E-mail: [comunicacao@fusam.com.br](mailto:comunicacao@fusam.com.br)

**MUNICÍPIO DE CAÇAPAVA  
ESTADO DE SÃO PAULO**

SECRETARIA DE OBRAS E SERVIÇOS MUNICIPAIS  
DEPARTAMENTO DE SERVIÇOS MUNICIPAIS

**EDITAL DE AUTUAÇÃO**

Ficam autuados com fundamento no art. 2º c/c art. 7º da Lei Municipal nº 4978/2010, os proprietários dos imóveis abaixo relacionados, pelo não atendimento ao Edital de Notificação publicado no Diário Oficial do Município em 07/02/2024 – Edição nº 250/2024.

O autuado deverá recolher o valor ou protocolar defesa no prazo de 15 (quinze) dias a partir da publicação deste Edital.

PL = Proprietário do lote

EP = Endereço do proprietário

EL = Endereço do lote

I C = Inscrição Cadastral

QL = Quadra do lote

NL = Número do lote

01) PL = GLÁUCIA LANZELLOTTI – **Processo 1715/2024**

EP = R. João Pires de Aguiar Filho, 211 Jd. Panorama – Caçapava/SP

EL = R. João Pires de Aguiar Filho, 211 Jd. Panorama

IC = 06 146 044 000 QL= 26 NL= P/20

02) PL = DIVA ANTÔNIA DOS SANTOS FUJARRA – **Processo 1716/2024**

EP = R. Marquês do Herval, 36 Centro – Caçapava/SP

EL = R. Marquês do Herval, 36 Centro

IC = 03 016 018 000 QL= - NL= -

Hilton Valério de Paula  
Diretor de Departamento

**Certidão - processo nº 289/2024**

A Secretaria de Planejamento Urbano e Meio Ambiente através do Departamento de Planejamento Urbano vem por meio deste informar que o Sr. Hadilson Ricardo Saldanha , CPF [064.870.118-27](#), Endereço Av. Ver. Geraldo Nogueira da Silva nº 4769, Bairro Res. Esperança/Santa Luzia, neste município, foi comunicado através do documento lavrado no dia 26/01/2024, pela Coordenadora de Fiscalização de Obras, por meio de Carta AR que o emplacamento requerido não poderá ser fornecido pois não atende a Lei 5836/2021, por não possuir Rede de Agua em frente ao imóvel. Tal publicação se faz necessária pois a Agência dos Correios informou que o endereço fornecido pelo requerente que consta na fls. 03 é um comercio vazio e que o requerente mudou-se.

Atenciosamente,

Maria das Graças Silva Santos

Coordenador de Fiscalização de Obras

**CONTRATO N. 108/2023 – TOMADA DE PREÇO N. 01/2023 – PROCESSO ADMINISTRATIVO N. 261/2023 – TERMO ADITIVO 01/2023 – referente a prorrogação por mais 90 (noventa) dias -** Contratante: Município de Caçapava. Contratado: MARCONDES DE LIMA ENGENHARIA LTDA, CNPJ N.: 11.140.515/0001-03; Data da Assinatura: 22/12/2023. **Objeto:** CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA EXECUÇÃO DA OBRA DE UNIDADE BÁSICA DE SAÚDE – ESF SAPÉ I E ESF PINUS IRIGUASSU II.

**Resultado - Análise de amostras**

**Processo Interno: 8444/2023**

**Pregão Eletrônico: Nº 091/2023 Análise de amostras**

**Assunto: Aquisição de gêneros alimentícios**

**Segue análise das amostras apresentadas pelas empresas classificadas, conforme solicitado no edital referente ao pregão E 091/2023:**

**Item 18:** Placa de sinalização viária de Regulamentação com 50 cm de diâmetro; confeccionadas em Chapa de Alumínio Modulado (ACM) – não apresentou amostra.

Fornecedor: TINPAVI INDUSTRIA E COMERCIO DE TINTAS EIRELI.

Situação: **Convocar o segundo lugar.**

**Item 19:** Placa de sinalização viária de Regulamentação com 75 cm de diâmetro; confeccionadas em Chapa de Alumínio Modulado (ACM) – não apresentou amostra.

Fornecedor: Brasil Sinalização Eireli ME.

Situação: **Convocar o segundo lugar.**

**Item 20:** Placa de sinalização viária de Advertência com 75 cm cada lado; confeccionadas em Chapa de Alumínio Modulado (ACM) – não apresentou amostra.

Fornecedor: Brasil Sinalização Eireli ME.

Situação: **Convocar o segundo lugar.**

**Item 21:** Placa de sinalização viária de Regulamentação com 0,60 m, octogonal; confeccionadas em Chapa de Alumínio Modulado (ACM) – não apresentou amostra.

Fornecedor: Brasil Sinalização Eireli ME.

Situação: **Convocar o segundo lugar.**

**Item 22:** Placa de sinalização viária R-1; com 25cm cada lado; confeccionadas em Chapa de Alumínio Modulado (ACM) – não apresentou amostra.

Fornecedor: Siga em Frente Sinalização LTDA.

Situação: **Convocar o segundo lugar.**

**Item 62:** Cone para sinalização viária – a amostra não atendeu plenamente aos requisitos do edital.

Fornecedor: LIFE CLEAN COMÉRCIO DE EQUIPAMENTOS LTDA.

Situação: **Convocar o segundo lugar.**

**(Reabertura da sessão 06/03/2024 às 09h00)**



# Município de Caçapava

--- Estado de São Paulo ---

## ERRATA DE PUBLICAÇÃO

**PROCESSO: 142/2024**

ONDE SE LÊ:

**“ARTISTAS CONTRATOS PARA O EVENTO CARNAVAL TAIADA 2024 POR MEIO DO EDITAL Nº 001/SMCT/2024 – CREDENCIAMENTO DE MÚSICOS, ARTISTAS E TRABALHADORES DE ARTE E CULTURA - PROGRAMA VIVA A CULTURA”.**

LEIA – SE:

**“ARTISTAS CONTRATADOS PARA O EVENTO “GLAMOUR & GASOLINA” POR MEIO DO EDITAL Nº 001/SMCT/2024 – CREDENCIAMENTO DE MÚSICOS, ARTISTAS E TRABALHADORES DE ARTE E CULTURA - PROGRAMA VIVA A CULTURA”.**

Krystian Pantaleão Vidal  
Secretário de Cultura e Turismo

**LEI Nº 6132, DE 4 DE MARÇO DE 2024****Projeto de Lei nº 115/2023****Autor: Vereador Adilson Henrique França*****Dispõe sobre a concessão do Alvará de Regularização de Obras e dá outras providências.***

***Pétala Gonçalves Lacerda, Prefeita Municipal de Caçapava***, Estado de São Paulo, no uso de suas atribuições legais,

Faço saber que a ***Câmara Municipal*** aprovou e eu sanciono e promulgo a seguinte

**L E I nº 6 1 3 2**

**Art. 1º** As construções consideradas irregulares, por falta de projeto aprovado, poderão ser regularizadas mediante a concessão de Alvará de Regularização de Obras, desde que:

**I** - Tenham existência superior a 06 (seis) meses, comprovada por meio de contas de água (SABESP) ou energia elétrica (EDP Brasil) ou emplacamento;

**II** - Apresentem condições mínimas de habitação, higiene e segurança.

**Art. 2º** Os interessados poderão requerer Alvará de Regularização de Obras até 01 (um) ano após a publicação desta lei, mediante requerimento instruído com os seguintes documentos:

**I** - 06 (seis) vias do projeto simplificado, com projeção do imóvel e seus devidos recuos, quadro de informações padronizado, com assinaturas do profissional responsável e do proprietário;

**II** - Laudo do profissional responsável pelo levantamento quanto ao estado de habitabilidade de uso e de estabilidade de construção;

**III** - Cópia da A.R.T. (Anotação de Responsabilidade Técnica) do CREA-SP ou R.R.T. (Registro de Responsabilidade Técnica) do C.A.U–SP, do profissional habilitado com a devida autenticação bancária;

**IV** - Prova de pagamento de:

1. Multas porventura aplicadas;
2. Preços Públicos devidos pela expedição do alvará, habite-se e protocolo;
3. Taxa de licença para execução de obras particulares;

**d)** Emolumentos referentes ao ISS (Imposto Sobre Serviço) da área construída a ser regularizada.

**Art. 3º** Concedido o Alvará de Regularização de Obras será de imediato fornecido o Habite-se para respectiva edificação, mediante pagamento de taxas.

**Parágrafo único.** Para concessão do Alvará de Regularização de Obras o requerente deverá apresentar, previamente, os comprovantes de pagamentos descritos no inciso IV do artigo 2º desta Lei.

**Art. 4º** Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

**PREFEITURA MUNICIPAL DE CAÇAPAVA, 4 de março de 2024.**

**Pétala Gonçalves Lacerda**

**Prefeita Municipal**

**LEI COMPLEMENTAR Nº 364, DE 4 DE MARÇO DE 2024****Projeto de Lei Complementar nº 05/2023****Autora: Prefeita Municipal Pétala Gonçalves Lacerda***Dispõe sobre a restituição e/ou compensação de créditos tributários.*

*Pétala Gonçalves Lacerda, Prefeita Municipal de Caçapava*, Estado de São Paulo, no uso de suas atribuições legais,

Faço saber que a *Câmara Municipal* aprovou e eu sanciono e promulgo a seguinte

**LEI nº 364**

**Art. 1º.** A compensação e/ou restituição de créditos tributários com créditos líquidos e certos, vencidos ou vincendos, do sujeito passivo contra a Fazenda Pública municipal, a serem efetuadas pela autoridade administrativa responsável pela Secretaria Municipal de Finanças observará as disposições contidas na presente Lei Complementar.

§ 1º Entende-se como compensação a adoção das providências de extinção do crédito tributário, quando o contribuinte assume a condição de credor e devedor do Município.

§ 2º Entende-se como restituição o ato pelo qual a Administração Pública devolve ao contribuinte o valor pago por indébito ou à maior.

**CAPÍTULO I**

## DA COMPENSAÇÃO

**Art. 2º.** Para os fins de compensação de tributos municipais poderão ser utilizados pelo contribuinte os créditos regularmente constituídos, vencidos ou vincendos, contra o Município ou contra o contribuinte inscrito ou não em Dívida Ativa.

**Parágrafo único.** Constitui requisito indispensável para a compensação que o contribuinte do crédito tributário seja a mesma pessoa física ou jurídica titular do débito tributário.

**Art. 3º.** A compensação de valores apurados no âmbito da arrecadação tributária, recolhidos indevidamente ou em montante superior ao devido, na forma da legislação vigente, poderá ser de ofício ou a pedido do contribuinte titular do crédito por intermédio de requerimento físico ou eletrônico, a critério e orientações da Administração Pública.

**Art. 4º.** A compensação a pedido, formalizada pelo contribuinte, será processada por meio de autos de processo administrativo específico, físico ou por meio digital, mediante a exibição por parte do requerente dos documentos comprobatórios do direito creditório.

**§ 1º** Os documentos iniciais para análise deverão ser apresentados para abertura do processo administrativo, físico ou digital e no decorrer da análise poderá ser solicitado novos documentos pelo setor responsável.

**I** - apresentar requerimento assinado pelo titular do crédito ou débito;

**II** - cópia do documento pessoal do responsável;

**III** - cópia da procuração, se for o caso;

**IV** - cópia do documento pessoal do procurador;

**V** - comprovantes de pagamentos originais e cópias.

**§ 2º** O direito à compensação ou devolução extingue-se com o decurso do prazo de 5 (cinco) anos, contados da data do pagamento indevido, ou, quando for o caso, da data em que se tornar definitiva decisão

administrativa ou transitar em julgado decisão judicial que tenha conferido o direito ao crédito.

**Art. 5º.** A compensação de débito vencido relativo a qualquer tributo municipal se dará de ofício ou após pedido de restituição ou ressarcimento do crédito feita pelo contribuinte, ou ainda, no exercício da atividade fiscalizatória.

§ 1º Para os fins previstos no "caput" deste artigo, a Secretaria Municipal de Finanças, por intermédio do Departamento competente promoverá a apuração dos valores a serem objeto de compensação e elaborará o respectivo demonstrativo.

§ 2º A apuração dos valores a serem compensados caberá a Unidade de Secretaria de Finanças e seus setores competentes.

§ 3º A compensação de ofício fica impossibilitada para débitos com a exigibilidade suspensa, em consonância com o art. 151 CTN.

§ 4º A compensação de ofício de débitos vincendos será precedida de notificação ao sujeito passivo para que se manifeste sobre o procedimento, no prazo de quinze dias, sendo o seu silêncio considerado como aquiescência.

§ 5º No caso de discordância do sujeito passivo, a Secretaria Municipal de Finanças reterá o valor da restituição ou do ressarcimento até que o débito seja liquidado.

**Art. 6º.** O contribuinte que solicitou através de processo administrativo será informado, preferencialmente por meio eletrônico, que a compensação ou restituição foi efetuada, e terá 15 (quinze) dias a partir data da notificação, para contestação, caso não concorde com os valores apurados.

**Parágrafo único.** O pedido de recurso deverá ser juntado no mesmo processo administrativo com as devidas comprovações do alegado.

**Art. 7º.** A compensação de créditos líquidos e certos de titularidade do sujeito passivo, em débitos vencidos ou vincendos, com tributos municipais devidos pelo mesmo contribuinte se dará após a conciliação de contas, momento em que serão realizadas todas as deduções fiscais e tributárias eventualmente incidentes nos créditos líquidos e certos e de realização obrigatória em virtude de imposição legal específica.

**Parágrafo único.** No caso de débitos protestados ou executados, após a compensação e quitação do débito,

o processo deverá ser enviado para a Procuradoria-Geral do Município para providências quanto aos aspectos processuais e demais que entender cabíveis.

## SEÇÃO I

### DA DECISÃO

**Art. 8º.** A compensação extingue o crédito tributário, sob condição resolutória da ulterior da aprovação do procedimento por parte da autoridade competente.

**§ 1º** Em caso de indeferimento da compensação solicitada, o contribuinte será notificado preferencialmente por meios eletrônicos e terá 15 (quinze) dias, contados da ciência da decisão, para efetuar o pagamento dos débitos ou apresentar impugnação da decisão.

**§ 2º** Se no prazo previsto no § 1º deste artigo, o contribuinte permanecer silente sem efetivar o pagamento ou sem impugnar a decisão administrativa, ou, ainda, se, após a impugnação ou recurso ocorrer a decisão final do processo administrativo e a decisão do indeferimento da compensação for mantida, o débito será encaminhado à Dívida Ativa, se ainda não estiver inscrito, e poderá ser encaminhado para a propositura da Execução Fiscal ou Protesto, conforme o caso.

**Art. 9º.** A decisão final da compensação ou não compete ao Secretário Municipal de Finanças, podendo ser delegada ao Diretor de Departamento Financeiro, por intermédio de Decreto.

## CAPÍTULO II

### DISPOSIÇÕES GERAIS

**Art. 10.** Não poderão ser objetivo de compensação os seguintes créditos ou débitos:

**I** - de terceiros;

**II** - decorrente de decisão judicial não transitada em julgado.

**Art. 11.** O pedido do contribuinte pela compensação implica no reconhecimento dos débitos com o município, renúncia quanto às circunstâncias administrativas e desistência de eventual recurso administrativo interposto.

**Art. 12.** O crédito do contribuinte que exceder ao total dos débitos a ser compensado será restituído se o total do crédito for superior a 0,3 (três décimos) da UFESP, e não tiver sido alcançado pela prescrição, e se o sujeito passivo não possuir débito vencido ou vincendo com o Município.

§ 1º Havendo débitos vencidos ou vincendo do solicitado, o valor do crédito excedente será compensado neste débito.

§ 2º Havendo mais de um débito em nome do contribuinte, a Secretaria de Finanças fará a análise de qual débito será efetuado a compensação do crédito excedente.

§ 3º Não havendo débitos vencidos ou vincendos, o crédito excedente será depositado em conta de mesma titularidade do contribuinte, indicada no requerimento ou durante o processo.

**Art. 13.** Valores de débitos que cumulativamente forem inferiores a 0,07 (sete centésimos) da UFESP serão baixados, quitando o débito do contribuinte.

§ 1º Será considerado este valor para baixa de cada inscrição cadastral mobiliária, imobiliária, pessoa física ou jurídica, considerando o total acumulado para cada exercício dos débitos inscritos e não inscritos em dívida ativa.

§ 2º Em caso de acordos de parcelamento, o valor referido no caput, será considerado a soma das diferenças de cada parcela paga com valor a menor.

**Art. 14.** Após a efetivação da compensação parcial e remanescendo débito tributário será devida pelo contribuinte a quitação do valor remanescente, mediante o pagamento de guia emitida pela Secretaria de Finanças, correspondente ao valor remanescente da compensação promovida nos termos desta Lei Complementar, conforme o caso.

**Parágrafo único.** Os valores remanescentes não pagos no prazo estipulado pelo fisco, que ainda não estiverem em dívida ativa, serão inscritos e sofrerão as correções e multa e mora previstas em lei.

**Art. 15.** Os valores de débitos referente a valores pagos a menor é de responsabilidade do contribuinte fazer a conferência e serão corrigidos desde a data que ocorreu o pagamento a menor, com multa, juros e correção conforme legislação vigente e inscritos em dívida ativa.

**Art. 16.** O Chefe do Executivo Municipal, mediante decreto, regulamentará, sempre e no que for necessário, o disposto nesta Lei Complementar.

**Art. 17.** Esta Lei Complementar entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

**PREFEITURA MUNICIPAL DE CAÇAPAVA, 4 de março de 2024.**

**Pétala Gonçalves Lacerda**

**Prefeita Municipal**

**LEI COMPLEMENTAR Nº 365, DE 4 DE MARÇO DE 2024****Projeto de Lei Complementar nº 01/2024****Autora: Prefeita Municipal Pétala Gonçalves Lacerda**

*Dispõe sobre modificação do Anexo II da Lei Complementar nº 109, de 04 de janeiro de 1999, que trata do Zoneamento, Uso e Ocupação do Solo do Município.*

*Pétala Gonçalves Lacerda, Prefeita Municipal de Caçapava, Estado de São Paulo, no uso de suas atribuições legais,*

Faço saber que a *Câmara Municipal* aprovou e eu sanciono e promulgo a seguinte

**LEI COMPLEMENTAR Nº 3 6 4**

**Art. 1º** Fica modificado o [Anexo II](#) da Lei Complementar nº 109, de 04 de janeiro de 1999, que passa a vigorar com a seguinte redação:

**“ANEXO II****INDÚSTRIAS E ATIVIDADES PROIBIDAS NO TERRITÓRIO DE CAÇAPAVA**

<b>TIPOS</b>
--------------

~~PRODUÇÃO DE ENERGIA ELÉTRICA POR USINA TERMOELÉTRICA~~-EXPRESSÃO COM EFICÁCIA SUSPensa POR FORÇA DE LIMINAR PROFERIDA PELO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO POR MEIO DA ADIN Nº 2294224-09.2023.8.26.0000

EXPLORAÇÃO DE PEDREIRAS – EXTRAÇÃO DE PEDRAS

FABRICAÇÃO DE FIBROCIMENTO E AMIANTO E CLÍNQUER

FABRICAÇÃO DE CAL

FABRICAÇÃO DE FERRO GUSA E FERRO ESPONJA

PRODUÇÃO DE AÇO EM FORMAS PRIMÁRIAS

PRODUÇÃO DE FERRO-LIGAS EM FORMAS PRIMÁRIAS

PRODUÇÃO DE LAMINADOS PLANOS E NÃO PLANOS

PRODUÇÃO DE FUNDIDOS DE FERRO E AÇO

PRODUÇÃO DE FORJADOS DE FERRO E AÇO

PRODUÇÃO DE METAIS E NÃO FERROSOS

PRODUÇÃO DE LIGAS DE METAIS NÃO FERROSOS

PRODUÇÃO DE LAMINADOS E EXTRUDADOS DE METAIS

PRODUÇÃO DE FUNDIDOS DE METAIS NÃO FERROSOS

PRODUÇÃO DE FORJADOS DE METAIS NÃO FERROSOS

PRODUÇÃO DE SOLDAS E ANODOS PARA GALVANOPLASTIA

PRODUÇÃO DE PÓ METÁLICO DE PEÇAS SINTETIZADAS

<i>PRODUÇÃO DE CELULOSE, PASTA MECÂNICA</i>
<i>PRODUÇÃO DE PAPEL PARA IMPRESSÃO OU ESCRITA</i>
<i>PRODUÇÃO DE PAPEL PARA EMBALAGEM</i>
<i>PRODUÇÃO DE PAPEL PARA FINS SANITÁRIOS</i>
<i>PRODUÇÃO DE PAPELÃO CARTÃO OU CARTOLINA</i>
<i>PRODUÇÃO DE COUROS E PELES</i>
<i>PRODUÇÃO DE QUÍMICOS ORGÂNICOS</i>
<i>PRODUÇÃO DE QUÍMICOS INORGÂNICOS</i>
<i>PRODUÇÃO DE GASES INDUSTRIAIS</i>
<i>PRODUÇÃO DE PRODUTOS ORGÂNICOS BÁSICOS</i>
<i>PRODUÇÃO DE PRODUTOS DA DESTILAÇÃO DO CARVÃO MINERAL</i>
<i>PRODUÇÃO DE ÓLEOS E GRAXAS LUBRIFICANTES</i>
<i>PRODUÇÃO DE RESINAS TERMOPLÁSTICA</i>
<i>PRODUÇÃO DE PLASTIFICANTES</i>
<i>PRODUÇÃO DE DEFENSIVOS AGRÍCOLAS</i>
<i>PRODUÇÃO DE FERTILIZANTES</i>
<i>PRODUÇÃO DE DEFENSIVOS DOMÉSTICOS</i>
<i>PRODUÇÃO DE PRODUTOS QUÍMICOS NÃO ESPECIFICADOS</i>

*PRODUÇÃO DE PRODUTOS DO REFINO DE PETRÓLEO*

“ (NR)

**Art. 2º** Esta Lei Complementar entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

**PREFEITURA MUNICIPAL DE CAÇAPAVA, 4 de março de 2024.**

**Pétala Gonçalves Lacerda**

**Prefeita Municipal**

**LEI COMPLEMENTAR Nº 366, DE 4 DE MARÇO DE 2024****Projeto de Lei Complementar nº 02/2024****Autora: Prefeita Municipal Pétala Gonçalves Lacerda**

*Altera a Lei Municipal nº 5.157, de 25 de julho de 2012, que cria as áreas especiais de desenvolvimento e dá outras providências.*

*Pétala Gonçalves Lacerda, Prefeita Municipal de Caçapava, Estado de São Paulo, no uso de suas atribuições legais,*

Faço saber que a **Câmara Municipal** aprovou e eu sanciono e promulgo a seguinte

**LEI COMPLEMENTAR nº 3 6 6**

**Art. 1º.** Fica acrescido ao [artigo 1º](#) da Lei nº 5.157, de 25 de julho de 2012, que cria as áreas especiais de desenvolvimento, a ÁREA ESPECIAL DE DESENVOLVIMENTO 08 - AED 08, conforme delimitação constante da planta anexa, parte integrante desta Lei Complementar, de acordo com o memorial abaixo descrito:

“AED – 08 ÁREA ESPECIAL DE DESENVOLVIMENTO: Inicia-se a descrição deste perímetro no ponto 1, situado na linha de divisa dos Municípios de Caçapava e São José dos Campos, com coordenadas N: 7.431.709,972m e E: 425.007,116; deste segue por uma distância de 12,07 metros até encontrar o ponto 2, com coordenadas N: 7.431.711,363m e E: 425.019,105m; deste deflete à esquerda e segue por uma distância 8,90 metros até encontrar o ponto 3, de coordenadas N: 7.431.713,590m e E: 425.027,721 m; deste deflete à direita e segue por uma distância de 3,64 metros até encontrar com o ponto 4, de coordenadas N: 7.431.713,955m e E: 425.031,340m; deste deflete à direita e segue por uma distância de 4,67 metros até encontrar o ponto 5, de coordenadas N: 7.431.713,287m e E: 425.035,961 m; deste deflete à esquerda e segue por uma distância de 10,20 metros até encontrar o ponto 6, de coordenadas N: 7.431.723,374m e E: 425.037,483m; deste deflete à esquerda e segue por uma distância de 12,36 metros até encontrar com o

ponto 7, de coordenadas N: 7.431.735,639m e E: 425.035,940m; deste segue em linha reta por uma distância de 5,05 metros até encontrar o ponto 8, de coordenadas N: 7.431.740,652m e E: 425.035,313; deste deflete à direita e segue por uma distância de 5,29 metros até encontrar com o ponto 9, de coordenadas N: 7.431.745,718m e E: 425.036,851m; deste deflete à direita e segue por uma distância de 48,47 metros até encontrar com o ponto 10, de coordenadas N: 7.431.788,142m e E: 425.060,297m; deste deflete à esquerda e segue por uma distância de 19,92 metros até encontrar com o ponto 11, de coordenadas N: 7.431.807,501m e E: 425.064,973m; deste deflete à direita e segue por uma distância de 8,70 metros até encontrar com o ponto 12, de coordenadas N: 7.431.815,371m e E: 425.068,668m; deste deflete à direita e segue por uma distância de 8,25 metros até encontrar o ponto 13, de coordenadas N: 7.431.822,476m e E: 425.072,864; deste deflete à direita e segue por uma distância de 12,35 metros até encontrar o ponto 14, de coordenadas N: 7.431.831,539m e E: 425.081,251m; deste deflete à direita e segue por uma distância de 29,36 metros até encontrar com o ponto 15, de coordenadas N: 7.431.849,077m e E: 425.104,800m; deste deflete à direita e segue por uma distância de 51,68 metros até encontrar com o ponto 16, de coordenadas N: 7.431.862,175m e E: 425.154,794m; deste deflete à esquerda e segue por uma distância de 31,29 metros até encontrar com o ponto 17, de coordenadas N: 7.431.873,058m e E: 425.184,130m; deste deflete à direita e segue por uma distância de 63,38 metros até encontrar com o ponto 18, de coordenada N: 7.431.886,878m e E: 425.245,980m; confrontando desde o ponto 1 ao ponto 18 com a Área Especial de Desenvolvimento 03 (AED-03); daí deflete à direita e segue por uma distância de 266,32 metros até encontrar com o ponto 19, de coordenadas N: 7.431.737,086m e E: 425.466,186m; deste deflete à esquerda e segue por uma distância de 286,44 metros até encontrar com o ponto 20, de coordenadas N: 7.431.939,602m e E: 425.668,758m; deste deflete à direita e segue por uma distância de 876,42 metros até encontrar com o ponto 21, de coordenadas N: 7.431.480,534m e E: 426.415,331m; deste deflete à direita e segue por uma distância de 672,20 metros até encontrar com o ponto 22, de coordenadas N: 7.430.980,642m e E: 426.864,732m; deste deflete à direita e segue por uma distância de 357,42 metros até encontrar o ponto 23, de coordenadas N: 7.430.642,544m e E: 426.980,666m; deste deflete à direita e segue por uma distância de 22,28 metros até encontrar com o ponto 24, de coordenadas N: 7.430.640,156m e E: 426.958,513m; deste deflete à esquerda e segue por uma distância de 122,53 metros até encontrar com o ponto 25, de coordenadas N: 7.430.562,557m e E: 426.863,683m; deste deflete à esquerda e segue por uma distância de 65,85 metros até encontrar com o ponto 26, de coordenadas N: 7.430.500,347m e E: 426.842,102m; deste deflete à direita e segue por uma distância de 81,47 metros até encontrar com o ponto 27, de coordenadas N: 7.430.528,672m e E: 426.765,718m; deste deflete à esquerda e segue por uma distância de 132,32 metros até encontrar com o ponto 28, de coordenadas N: 7.430.524,010m e E: 426.633,479m; deste deflete à direita e segue por uma distância de 78,82 metros até encontrar com o ponto 29, de coordenadas N: 7.430.565,006m e E: 426.566,158m; deste deflete à esquerda e segue por uma distância de 101,95 metros até encontrar com o ponto 30, de coordenadas N: 7.430.563,210m e E: 426.464,221m; deste deflete à esquerda e segue por uma distância de 102,27 metros até encontrar o ponto 31, de coordenadas N: 7.430.537,609m e E: 426.365,208m; deste deflete à esquerda e segue por uma distância de 120,38 metros até encontrar o ponto 32, de coordenadas N: 7.430.438,577m e E: 426.296,774m; deste deflete à esquerda e segue por uma distância de 82,94 metros até encontrar com o ponto 33, de coordenadas N: 7.430.359,230m e E: 426.272,635m; deste deflete à direita e segue por uma distância de 375,75 metros até encontrar com o ponto 34, de coordenada N: 7.430.071,336m e E: 426.031,168m, ponto este, situado na divisa entre os municípios de Caçapava, São José dos Campos e Jambeiro; deste deflete à direita e percorre a linha de divisa entre os municípios de Caçapava e São José dos Campos por uma distância de 2.078,92 metros até encontrar o ponto 1, início da descrição do perímetro, encerrando assim uma área superficial de 1,8914 km². Todas as coordenadas aqui descritas estão georreferenciadas ao Sistema Geodésico Brasileiro e encontram-se representadas no Sistema UTM, referenciadas ao Meridional Central nº 45°00', Fuso -23°, tendo como Datum o SIRGAS2000." (NR)

**Art. 2º.** Fica incluído no Art. 1º da Lei nº 5.157, de 25 de julho de 2012, que cria as áreas especiais de desenvolvimento, o Parágrafo único, com a seguinte redação:

“Art. 1º...

Parágrafo único. Fica destinada a Área Especial de Desenvolvimento 08 – A.E.D., de uso exclusivamente industrial e comercial, sendo incompatível com o uso habitacional.” (NR)

**Art. 3º.** Fica alterado o artigo 3º, passando a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 3º Nas Área Especiais de Desenvolvimento serão permitidas aquelas que se destinam preponderantemente a implantação de atividades empresariais, permitindo-se entretanto usos comerciais e industriais, condomínios e loteamentos residenciais, condomínios e loteamentos empresariais e/ou industriais, sujeitos ao licenciamento ambiental no âmbito municipal, estadual e federal.” (NR)

**Art. 4º.** Esta Lei Complementar entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

**PREFEITURA MUNICIPAL DE CAÇAPAVA, 4 de março de 2024.**

**Pétala Gonçalves Lacerda**

**Prefeita Municipal**

**EDITAL DE CHAMAMENTO PÚBLICO Nº 005/SMS/2023 OBJETO:  
CONVOCAÇÃO PÚBLICA PARA CELEBRAÇÃO DE CONTRATO  
DE GESTÃO COM ORGANIZAÇÕES SOCIAIS ATRAVÉS DE  
SELEÇÃO DE PROPOSTAS DE PROJETOS DE TRABALHO**

Edição nº 265, 04 de março de 2024



**COMISSÃO ESPECIAL DE SELEÇÃO DE ORGANIZAÇÃO SOCIAL  
MUNICÍPIO DE CAÇAPAVA  
PORTARIA Nº 58/GAB. DE 18 DE OUTUBRO DE 2023.**

Processo nº 5384/2021

Edital de Chamamento Público nº 005/SMS/2023

Objeto: Convocação Pública Para Celebração de Contrato de Gestão Com Organizações  
Sociais Através de Seleção de Propostas de Projetos de Trabalho

**AVISO DE REUNIÃO**

Considerando a excessiva quantidade de documentos que compõe esta etapa do procedimento, a Comissão Especial de Seleção de Organização Social na Área de Saúde, instituída pela Portaria 58/GAB de 18 de outubro de 2023, no uso de suas atribuições legais, faz saber e tornar público que as reuniões da Comissão ocorrerão nos dias 06, 07 e 11 de março de 2024, no auditório do IST, situado na Rua Professor João Batista Ortiz Monteiro, 345 – Vila Antônio Augusto, para continuidade da análise técnica das propostas financeiras e técnicas das entidades habilitadas no certame.

**Malena Prado Nunes Kaut**

**Presidente**